



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS: ENTRE A HEGEMONIA E A CONTRA-HEGEMONIA**

Luiz Cezar dos Santos Miranda

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

cezarmiranda1@yahoo.com.br

Os estudos sobre movimentos sociais, invariavelmente, apontam o Estado como o ente ao quais esses movimentos direcionam suas reivindicações, na medida em que cabe ao Estado, no plano visível do consenso político-ideológico, de prover as necessidades materiais básicas da sociedade. Considerando seu caráter de classe, a ação do Estado varia entre esse consenso e a coerção, quando os movimentos sociais são tratados de forma a criminalizar suas ações. Na contemporaneidade, com a evolução do papel da mídia na sociedade, esse setor da sociedade muitas das vezes se encarrega de cumprir tal papel, ao evidenciar os movimentos sociais – os que têm ações de massa contra-hegemônica – como agentes perturbadores do consenso, da ordem, etc. Vale sempre ressaltar que a mídia está na intercessão da esfera do mercado, assim como da sociedade civil, mas pautada pela lógica do lucro e da ordem estabelecida. Assim, os movimentos sociais, sobretudo os que têm surgido na América Latina no final do século XX e início do século XXI, apontam para o Estado como a antítese das aspirações populares, evidenciando seu caráter de classe.

Os movimentos sociais no Brasil, a partir da década de 70, no período da ditadura militar, tinham, de maneira geral, tal visão. Com o ainda engessado movimento sindical (que só viria a soerguer em 79/80 com as greves do ABC paulista [Antunes, 1995]) as associações de bairro (e suas federações e confederações), clubes de mães, movimento de desempregados, dentre outros, tinham um papel fundamental na luta contra a ditadura militar. Tais movimentos pautavam suas reivindicações evidenciando o caráter de classe do Estado e – com as mais diversas matizes – propunham a superação deste ou sua democratização, com uma gestão democrática (nos moldes permitidos pela democracia liberal) para estabelecer um modelo que nunca foi de bem-estar-social,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

muito pelo contrário, sempre esteve voltado para atender ao interesses da classe hegemônica.

Assim, entidades como ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais), CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores), Movimento Contra a Carestia, dentre outros, se destacavam na luta contra o Estado e sua expressão que era a ditadura militar na medida em que reivindicavam e faziam mobilizações. Nesse sentido, o Estado era o ente ao qual os movimentos sociais deveriam ter completa autonomia, para representar com independência e isenção sua base social. Importante ressaltar que os movimentos sociais não foram os únicos sujeitos coletivos a lutar contra a ditadura militar no Brasil (o recorte aqui se faz por conta o objeto em análise), mas também diversas organizações políticas de esquerda, intelectuais e setores progressistas da Igreja Católica tiveram papel importante nesse processo, inclusive assessorando diversas entidades dos movimentos sociais.

Nesse período, a autonomia dos movimentos era palavra em voga na relação com o Estado. Doimo, Doxey e Beling Neto (1986) analisam que “entre esses setores prevalece, hegemonicamente, uma concepção de organização do movimento operário/popular com as seguintes características:”

- “1. manutenção da autonomia e independência dos movimentos sociais em relação aos partidos políticos e ao Estado, preservando-se a liberdade de escolha partidária de seus participantes”;
- 2 Mobilização pelas bases e respeito às suas decisões;
- 3 Estruturação horizontalizada das entidades, cabendo às direções portarem-se como instrumento e porta-vozes dos interesses manifestados pelas bases;
- 4 Estímulo ao exercício da democracia direta e participativa: na esfera sindical, através da horizontalização da organização sindical a exemplo das comissões de fábrica, e, na esfera do movimento popular, através de ações diretas entre o movimento e o Estado, rechaçando-se qualquer tipo de paternalismo e clientelismo político;
- 5 Interligação, solidariedade e cooperação entre o movimento operário/sindical com os demais movimentos populares.”



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Em meados da década de 80, sobretudo com o advento do que se chamou de “Nova República” e a eleição (ainda de forma indireta, pela última vez) de um presidente civil em 1985, dando fim ao período militar, os movimentos sociais no Brasil se depararam com uma nova realidade. Começa um período em que a “redemocratização”<sup>1</sup> do país, um anseio político também dos MSs, parece mudar as relações entre Estado e movimentos sociais. O arrefecimento das lutas e a institucionalização das entidades marcam esse período, onde o que parece ser a grande conquista dos movimentos (a redemocratização do país) não se teria muito a reivindicar e sim administra a relação com o Estado. Muitos dirigentes passaram a fazer parte da estrutura do Estado e a funcionar como anteparos às lutas populares. O governo do presidente Sarney<sup>2</sup> instituiu uma política assistencialista com as entidades de base, no que Virginia Fontes (2006) conceitua como “conversão mercantil-filantrópica de movimentos sociais de base popular”. Os clubes de mães, que tiveram ação importante nas lutas populares, passaram a serem “gerentes” de um programa do ticket do leite, onde o governo federal distribuía tais tickets para comunidades carentes terem acesso a tal alimento. Tal exemplo serve para ilustrar a ponta do *iceberg*, pois muitos passaram a ter outra concepção política ou mesmo foram cooptados pela máquina do Estado. Fontes<sup>3</sup> afirma que o fenômeno que ela aponta não é brasileiro, e sim tem perfil internacionalizado, parecendo constituir uma estratégia política no capitalismo contemporâneo, onde um

Fenômeno contraditório, consiste na admissão (e, em alguns casos, até mesmo de estímulo) de algumas demandas populares, direcionando-as através da elaboração de projetos financiáveis, para a produção de serviços de cunho social. Essa conversão resulta num apassivamento das lutas sociais, encapsuladas em reivindicações de cunho imediato (corporativas) e circunscritas a níveis de consciência coletiva elementar”.

A autora aponta um fenômeno que identifica na atualidade, porém que serve de referencia de análise para o período anteriormente citado. Importante ressaltar que tal

---

<sup>1</sup> Como alguns autores e movimentos consideravam aquele período, embora haja discordância quanto ao seu caráter político.

<sup>2</sup> Sarney foi presidente do PDS – Partido Democrático Social, que deu sustentação política à ditadura militar. Posteriormente filiou-se ao PMDB.

<sup>3</sup> *Op cit.*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

conversão não seu de puramente por questões imediatas e assistenciais. No início da década de 90 as teses neoliberais começam a ganhar espaço na sociedade e o governo Fernando Henrique Cardoso implementa políticas de Estado baseadas em tais concepções. Os movimentos sociais entram em refluxo, apesar de alguns setores assumirem um papel de oposição às tais políticas.

Até o final da década de 90 e início do novo século, predomina uma concepção que Ermínia Maricato (2008) denomina como *participativismo*. Nesse contexto, “os processos pedagógicos ligados à identidade e compreensão científica e ideológica do mundo têm sido esquecidos. Nota-se uma atração muito forte pelo espaço institucional ou pela institucionalização de práticas participativas, como se isso constituísse um fim em si” (*op cit*).

A autora considera que as reivindicações concretas imediatas são alimentos essenciais para qualquer movimento reivindicatório de massas, porém, com a devida atenção para o poder de cooptação e mesmo de corrupção do Estado. Nesse aspecto, a primeira década do século XX, onde o partido político que tinha maior afinidade com os movimentos sociais nas décadas de 80 e 90 (o PT – Partido dos Trabalhadores) ascende ao poder central em 2002 com a eleição de Lula, não se diferencia do período anterior. Graça Druck (2006), ao refletir sobre a relação dos movimentos sociais e o governo Lula, afirma que

“Hoje, ao chegar ao quarto e último ano de mandato, o Governo Lula da Silva não só não se constituiu nessa possibilidade, como optou em dar continuidade à aplicação e defesa de uma política econômica neoliberal. E, conseqüentemente com base ideológica e política do neoliberalismo, vem atuando no sentido de desmobilizar os movimentos sociais, de anular a força autônoma e independente do movimento sindical, através de uma permanente cooptação de suas direções e de um processo de ‘estatização’ das organizações dos trabalhadores (sindicatos e partidos, especialmente o Partido dos Trabalhadores).”

### **Movimentos contra-hegemônicos?**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

O possível caráter contra-hegemônico dos movimentos sociais sempre foi discutido nas ciências sociais. No período da ditadura militar (1964-1985) esse debate esteve na pauta, tanto pelos próprios movimentos como pelas universidades, considerando que naquele período os partidos políticos de esquerda estavam na clandestinidade, o que resultou, segundo vários autores, no papel desempenhado pelos MSs como expressão visível de oposição ao regime de exceção. Dessa forma, advoga-se o predominante caráter contra-hegemônico das organizações populares, que, para além de suas reivindicações imediatas, propugnam a construção de uma nova hegemonia. Importante lembrar que as organizações sindicais estavam, nesse período, perseguidas e reprimidas ou sob controle estatal, com direções denominadas “pelegas”.

É sabido que nem todo movimento social é contra-hegemônico, mesmo que um dado movimento se oponha a um determinado governo, enquanto expressão do Estado. É preciso ter um projeto estratégico, um horizonte político, uma concepção de sociedade para aprofundar suas lutas para além das pautas economicistas e imediatas.

Scherer-Warren (1987) analisa a questão ao dizer que

Quando falo em projeto estarei, portanto, procurando o que o grupo, ou movimento social, quer modificar na realidade social. O projeto pode ser uma utopia de transformação, seja o desejo e intento de superação da situação presente ou pode se referir à busca da realização de objetivos mais imediatistas do grupo, presente no seu cotidiano.

O que a autora não leva em consideração (talvez por conta do período histórico da obra) é que muitos desses movimentos sucumbiram à ordem hegemônica justamente ao alcançarem seus objetivos mais imediatos ou à mudança da conjuntura política, pois com o advento do fim do período militar e o início da chamada “Nova República”, muitas organizações populares consideraram que a instauração de um novo governo (civil) seria o alcance da luta por transformação. Sobretudo nesse período dá-se o começo de um processo de institucionalização dos movimentos sociais, conseqüentemente, de perda de qualquer projeto contra-hegemônico. O Estado passa a ser visto com um outro caráter, condescendente com as aspirações populares, porém,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

esquecendo-se de seu caráter de classe, fazendo uma leitura equivocada de ver o Estado apenas como governo.

Jacobi (1988) interpreta tal fenômeno ao afirmar que

Dadas as características assumidas pelos movimentos sociais no Brasil, estes se desenvolveram principalmente como reflexo da precariedade ou falta de condições dos canais de representação, ou de arranjos institucionais existentes no período autoritário. Na medida em que essa situação começa a se reverter e os partidos adquirirem presença e competitividade na sociedade, os movimentos perdem seu dinamismo e visibilidade, denotando seu caráter conjuntural, que ao nosso ver está vinculado à inexistência de canais de representação e ao fato de o Estado, ao negligenciar sua função de provedor de serviços de consumo coletivo às populações carentes, gerar um potencial reivindicatório delimitado no tempo e no espaço.

Dessa forma, Jacobi concebe que os movimentos sociais são frágeis em seus projetos, limitando-se a conquistas parciais. Mais contundentes e pessimistas, Gomes e Coutinho (2007) acreditam que, na década de 90, o neoliberalismo adentrou a seara dos movimentos sociais – com raríssimas exceções – modificando não apenas suas formas de luta, mas principalmente sua disposição para luta. “As expectativas de transformações sociais se metamorfosearam em adesão à dinâmica institucional através das **parcerias**”, afirmam as autoras. Gomes e Coutinho analisam ainda que a adesão ao ideário neoliberal significou abrir mão das concepções de políticas públicas como direito, do caráter gratuito e universal dos serviços. A solidariedade entre os trabalhadores foi rompida e a luta pela garantia dos direitos sociais e políticos foi substituída pela participação nos projetos do governo sem nenhuma crítica às estruturas de dominação da sociedade capitalista.

Nesse quadro, muitos movimentos não se apresentam como contra-hegemônico, pelo contrário, perderam essa potencialidade por conta de uma nova conjuntura, mas não só, pois o Estado não assiste a tudo passivo, e sim articula o consenso cada vez maior na sociedade civil, sendo o discurso da parceria (como colocado acima por Gomes e Coutinho) torna-se freqüente nos movimentos. Para além disso, o Bloco de Poder



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

promove uma verdadeira decapitação intelectual de dirigentes de movimentos. Numa outra conjuntura (de luta por parte dos MSs)

O Estado deve atender aos grupos sociais cuja existência, não estando organizada pela produção de mercadorias, tende a ser um forte elemento de desestabilização social e política. A legitimação da ação estatal depende basicamente da capacidade do Estado em responder às demandas sociais, tornando-se um eficiente administrador e interventor para manter a acumulação e reprodução e suportar o peso da contradição entre a esfera da produção e as esferas exteriores a ela (Jacobi, 1988).

Os movimentos sociais, destarte, têm um papel político importante na luta política por conter um elemento de contestação ao caráter do Estado, sendo que este vem a atender aos pleitos dos movimentos para, segundo Jacobi, legitimar a ação estatal. Por sua vez, o Estado pode lançar mão da coerção ante os movimentos sociais justamente no sentido contrário da desestabilização. O autor considera, ainda, que essa lógica assume uma feição dialógica, onde os dois pólos se transformam no processo.

Jacobi não é otimista quanto ao potencial contra-hegemônico dos movimentos sociais, de um modo mais geral. Ao analisar a questão, à época do seu trabalho – final da década de 80 – o autor considera que:

Um exame dos movimentos urbanos nos indica que estes não tem agido no sentido de transformar a sociedade, imprimindo-lhe um sentido novo, mas atuam, principalmente, como grupos de pressão sobre o Estado, no sentido de obter respostas concretas às suas demandas, através de dinâmicas diferenciadas, porém pautadas por um maior ou menor enquadramento institucional.

## **Estado**

O Estado enquanto esfera de dominação de classe da sociedade que tem o urbano como locus da sua produção, tem sido analisado ao longo da história por sujeitos coletivos e individuais no que concerne ao seu caráter e às possibilidades de sua superação. Lênin (2007) busca na formulação marxiana a concepção crítica de Estado, interpretando Engels, onde em *A origem da família, da propriedade e do Estado*. O Estado, assim, é



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

fruto de uma construção histórica e um instrumento de exploração da classe operária. Com efeito, para por fim à opressão e à exploração da classe dominante, o fim do Estado se faz mais que necessário, com o fim do antagonismo entre classes, desaparecendo da mesma forma como apareceram, com o mesmo destino histórico. Tal destino não se dá por acaso, mas pela luta política daqueles que se opõem à dominação e exploração. Como estratégia, faz-se necessário a tomada do controle do Estado pelas forças populares para operar seu “definhamento”<sup>4</sup>:

O proletariado se apodera da força do Estado e começa a transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classe e, simultaneamente, também o Estado, como Estado. A antiga sociedade, que se movia através dos antagonismos de classe, tinha necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe exploradora, em cada época, para manter as suas condições exteriores de produção e, principalmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão exigidas pelo modo de produção existente (escavidão, servidão, trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de toda sociedade, a sua síntese num corpo visível, mas o era como Estado da própria classe que representava em seu tempo toda a sociedade: Estado de cidadãos proprietários de escravos, na Antiguidade; Estado da nobreza feudal, na Idade Média; e Estado da burguesia, nos nossos dias. Mas, quando o Estado se torna, finalmente, um representante efetivo da sociedade inteira, então torna-se supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir; uma vez que, com a soberania de classe e com a luta pela existência individual, baseada na antiga anarquia da produção, desapareçam as colisões e os excessos que daí resultavam – não havendo mais nada a reprimir, e, um poder especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessário.

É certo que o Estado se complexificou desde os tempos de Lênin e Engels aos dias de hoje, embora seu caráter de classe permaneça. Poulantzas (1977) procura responder a essas complexidades do Estado contemporâneo, seguindo a análise marxista. Poulantzas analisa a crise do Estado capitalista moderno, em sua fase monopolista – diferentemente de Lênin e Engels, que se reportavam ao Estado em sua fase concorrencial - está

---

<sup>4</sup> Lênin afirma que o termo *definhar* é feliz porque exprime, ao mesmo tempo, a lentidão do processo e a sua espontaneidade.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

articulada com as transformações mais gerais relativas a sua forma nessa fase. Na contemporaneidade, o Estado capitalista se apresenta com seu caráter imperialista – já previsto por Lênin – entrando em uma nova fase de sua evolução: a globalização, sobretudo dos processos produtivos e do funcionamento dos diversos mercados (Boron, 2006).

Atílio Boron tem se debruçado sobre temas como os movimentos sociais e processos de hegemonia e contra-hegemonia, sobretudo na América Latina, e as perspectivas de transformação social. Ao fazer tal discussão, o autor argentino indaga sobre um dilema, lembrando os escritos de Marx: “como constituir um sujeito coletivo capaz de liberar a sociedade de todas as suas amarras, superando a atomização e fragmentação próprias do individualismo da sociedade burguesa?”, ou, em termos hegelianos, “como deixar de ser *classe-em-si* e se converter em *classe-para-si*?”. A resposta a tal pergunta, de difícil resposta, não se tem de imediato, o que tem suscitado muito debate por parte daqueles que se opõem ao capital e a sua sociedade. Para o sociólogo argentino, os movimentos sociais podem assumir um papel de vanguarda nesse projeto de transformação social, haja visto que, segundo o autor, os partidos políticos atravessam grave crise, o que explica em boa medida o crescente papel desempenhado pelos movimentos sociais nos processos democráticos na América Latina. Considera ainda que houve uma “deslegitimação da política e dos partidos”, abrindo espaços para os movimentos sociais, adquirindo protagonismo na maioria dos países. Boron considera isso como reflexo da incapacidade dos fundamentos legais e institucionais das “democracias” (aspas do autor) latino-americanas para resolver a crise sócio-político dentro dos procedimentos estabelecidos constitucionalmente.

Boron considera que as grandes mobilizações políticas de grandes setores da sociedade latino-americana se devem às lutas contra políticas neoliberais de governo do continente. Porém, sem querer cair no entusiasmo momentâneo, o autor questiona se essas mobilizações são meros episódios isolados ou refletem uma “dialética histórica tendencialmente orientada para a reinvenção da democracia?”. Respondendo a sua própria indagação, Boron assinala que – observado o período histórico, a começar pelos anos 80 – não foi nada acidental a crescente mobilização das classes populares. Não por



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

menos, os governos dos países da América Latina que caíram por força da pressão popular foram justamente aqueles que eram obedientes a Washington. Os que não caíram enfrentaram os movimentos sociais que se opunham às políticas neoliberais, realizando campanhas vitoriosas, como o Uruguai (obras sanitárias e terminais portuários); o abastecimento de água e a eletricidade na Bolívia e Peru; as grandes mobilizações em todo continente contra a ALCA; para pedir a nacionalização do petróleo e gás na Bolívia; contra a privatização do petróleo no Equador e a telefônica na Costa Rica; e os sistemas de saúde em vários países.

A reflexão que se tem que fazer desse novo protagonismo é sobre a necessidade que os partidos políticos, sobretudo os que têm um projeto emancipador, de conceber uma estratégia que supere os limites do jogo eleitoral. “Não se pode transformar radicalmente uma ordem social estruturalmente injusta e predatória somente com armas eleitorais”, afirma Boron, que considera que a burguesia sabe bem disso, não trabalhando de modo “ingênuo e unilateral” e não tem uma estratégia única, em um só cenário de luta. Para fazer esse enfrentamento, uma estratégia contrária à burguesia requer grandes e diversificados recursos que nenhuma força popular tem a sua disposição. Porém, é certo também que aos partidos de esquerda que tem perspectiva transformadora não basta denunciar a injustiça da sociedade capitalista, e sim serem capazes de conceber à aplicar estratégias mais integrais, que combinem, junto com a eleitoral, outras formas de luta. Nesse terreno, os movimentos sociais têm demonstrado maior criatividade que as organizações partidárias. Boron (2006) lembra que os últimos acontecimentos no continente demonstram que esses movimentos têm adquirido uma capacidade inédita de desalojar do poder governos anti-populares, desconsiderando mecanismos estabelecidos constitucionalmente.

De acordo com o sociólogo argentino, sem a mobilização dos movimentos sociais, sem suas conquistas do espaço público não haverá mudanças para o pós-neoliberalismo. Boron afirma que isto só não basta, pois, a exemplo das mobilizações populares que conseguiram derrotar governos neoliberais se esfumaram logo depois, porém reconduzindo governos muito parecidos com os defenestrados. Esses movimentos não foram capazes de sintetizar sua diversidade em um novo sujeito político imbuído dos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

atributos necessários para consolidar a correlação de forças existente e evitar a recaída de situações anteriores.

## **Hegemonia**

Gramsci, fortemente influenciado pela conjuntura italiana no período em que viveu, entende que a conquista do poder (sobretudo estatal) não se dá exclusivamente no plano político, pensado a exemplo de Lênin (Portelli, 1977), mas também na esfera mais permeável a acúmulos e ações fora da ordem, que é a sociedade civil, no seu aspecto cultural. É na sociedade civil que Gramsci aposta na transformação da superestrutura, acreditando ser a esfera onde a disputa é mais livre. Na elaboração marxiana, sociedade civil é a produção privada. O pensador italiano inova e dá contribuição ao pensamento revolucionário ao criar o conceito de hegemonia, sendo que esta é fundamental para qualquer processo de tomada de poder. Nesse sentido,

Hegemonia é uma combinação de liderança (ou direção moral) com dominação. É exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e blocos de classes e frações de classes. Esta pode se dar de forma ativa, como vontade coletiva, ou se manifestar de forma passiva, através de um apoio disperso ao grupo dirigente/dominante (Almeida, 2003).

A hegemonia também se apresenta como uma construção instável, sempre sujeita a alterações na sua correlação de forças, pois para toda hegemonia há restrições e pode haver contra-hegemonia. Por isso, a hegemonia tem que sempre renovar-se (não necessariamente mudar), a cada conjuntura<sup>5</sup>, com concessões e coerções, pois o exercício do poder exclusivamente pela segunda forma, expressando-se de forma despótica, ditatorial, não arregimentaria o apoio necessário para sua sustentação que não fosse só por uma conjuntura. O que Gramsci formula é que dominação pura e simples não basta para a manutenção do poder. É necessária a concessão para a construção de valores comuns, tanto para mascarar os antagonismos de classe como para legitimar a

---

<sup>5</sup> Conjuntura em Gramsci é vista não como algo passageiro, mas como uma análise das relações estruturais que se manifestam em determinado momento.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

classe dirigente/hegemônica. A dominação não pode parecer como dominação, e sim como uma sociedade comum a todos, sem distinção de classes. Também nos aspectos culturais, na construção de valores, Gramsci considera fundamental a luta política.

Mas não é só no campo cultural que a hegemonia se expressa e/ou se constrói. A economia, como esfera fundamental da sociedade, também exerce importância nuclear na elaboração de Gramsci, “(...) pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (Gramsci, citado por Almeida, 2003). Para que um grupo ou classe seja hegemônico não basta ser dominante através do Estado, tem também que controlar a economia. Assim, as relações entre as esferas da economia, do Estado e da sociedade civil são imbricadas, dinâmicas e dialéticas, influenciando e sendo influenciadas. A hegemonia permeia, então, as esferas citadas.

Assim, o exercício da hegemonia pressupõe não só o uso da força como a construção de valores os quais afirmem seres universais, estabelecendo o consenso na sociedade. Nessa sintonia, o emprego maior ou menor da coerção ou do consenso será mediado pela conjuntura, onde classes antagonistas podem criar condições de desestabilizar as classes hegemônicas. Gramsci afirma ainda que os órgãos de opinião pública (jornais e associações) têm um papel destacado nesse processo, na construção do consenso. Vale lembrar que tais órgãos possuem capacidade de disseminar e multiplicar os valores do consenso hegemônico. Por isso, o pensador italiano dá importância à luta política, sobretudo, na sociedade civil, na construção de valores antagônicos aos da classe que detém a hegemonia (a luta pela hegemonia deve articular todos os níveis da sociedade: a base econômica, a superestrutura política e a superestrutura ideológica). Note-se que Gramsci chama atenção para o emprego da corrupção e da fraude na interseção entre o consenso e a coerção, como meio quando o uso da força apresenta algum perigo. Tal prática se expressa, também, pelo assistencialismo, clientelismo, patrimonialismo e outras práticas que tem o objetivo de desarticular as classes contra-hegemônicas:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante muito o consenso, ou



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em determinada situação, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força situa-se a corrupção-fraude (característica de certas situações de exercício difícil da função hegemônica, apresentando o emprego da força muitos perigos), isto é, a desarticulação e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção dos seus dirigentes, seja disfarçadamente, seja, em caso de perigo emergente, abertamente, para lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias (Gramsci, 1976).

Construindo a concepção da democracia liberal burguesa como valor universal, as classes hegemônicas a utilizam na mediação entre dominantes e dominados. O exercício dessa democracia, analisa o pensador italiano, vai depender do desenvolvimento da economia da sociedade e, conseqüentemente, da legislação, que estabelece as regras para tal relação. Dessa forma, pode se abrir espaço para passagem – ainda que molecular – de grupos dirigidos para grupos dirigentes:

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto é aquele que se pode deduzir em conexão com o conceito de “hegemonia”. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia, e, por conseguinte da legislação, que exprime este desenvolvimento, favorece a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente. Existia no Império Romano uma democracia imperial-territorial na concessão da cidadania aos povos conquistados, etc. Não podia existir democracia no feudalismo em virtude da constituição de grupos fechados, etc. (Gramsci, 1976).

Na mediação entre consenso e coerção no exercício da hegemonia, os interesses dos grupos que não detêm a hegemonia devem ser considerados até certo ponto, procurando equilibrar tais interesses, fazendo com que as classes hegemônicas sacrifiquem alguns interesses em nome do consenso. Porém, não colocam em discussão as questões fundamentais dos grupos dominantes, as quais não negociam:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se devam levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômica-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-político, também é econômica; não se pode deixar de fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (Gramsci, 1976).

Por apresentar certo grau de instabilidade, a hegemonia pressupõe a contra-hegemonia, ou seja, forças que resistem à ação dirigente/dominante, propondo projetos alternativos ao estabelecido. Nesse aspecto, a leitura sobre a luta de classe pode ser feita à luz do conceito de tal dicotomia. Assim, tais forças podem articular ações contra-hegemônicas. Raymond Williams (1979) analisa a questão:

Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alternada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática (Williams, 1979).

Com efeito, essa relação de classes com o processo hegemônico tem ligação indissolúvel com o conceito de Bloco Histórico, pois “segundo Gramsci, é no interior do bloco histórico que se realiza uma hegemonia determinada” (Macciocchi, 1977).

## **Bibliografia**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora. 1995

DOIMO, Ana Maria, DOXSEY, Jaime R., BELING NETO, Roberto. *Os novos movimentos sociais – teoria e prática*. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, 1986

FONTES, Virginia. Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantrópica. *Revista OSAL*, ano VII, nº 19, Buenos Ayres, enero-abril 2006

MARICATO, E. *Nunca fomos tão participativos*. Site Carta Maior [www.cartamaior.org.br](http://www.cartamaior.org.br), acessado em 10/04/2008

DRUCK, Graça. *Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência*. Revista OSAL, ano VII, nº 19, Buenos Ayres, enero- abril 2006

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis, UFSC, 1987.

JACOBI, Pedro Roberto. *Movimentos sociais e Estado: efeitos político-institucionais da ação coletiva*, in Revista Ciências Sociais Hoje. São Paulo, 1988.

GOMES, Ilse e COUTINHO, Joana. *Estado, movimentos sociais e ONGs na era do neoliberalismo*. 2007. Artigo apresentado no II Simpósio de Lutas sociais na América Latina, publicado em <http://www2.uel.br/grupopesquisa/gepal/segundogepal/ILSE%20-GOMES%20&%20JOANA%20APARECIDA%20COUTINHO.pdf>

LÊNIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007

POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, Nicos (org.). *Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal Editores, 1977.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

BORON, Atílio. *Crisis de las democracias y movimientos sociales en América Latina: notas para una discussion*, in revista OSAL, ano VII, nº 20, Buenos Ayres, mayo-agosto de 2006.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

ALMEIDA, Jorge. *Estado, hegemonia, luta de classes e os dez meses do governo Lula*, in *Crítica Social*, nº 3, dezembro 2003

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1976

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1979.

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.